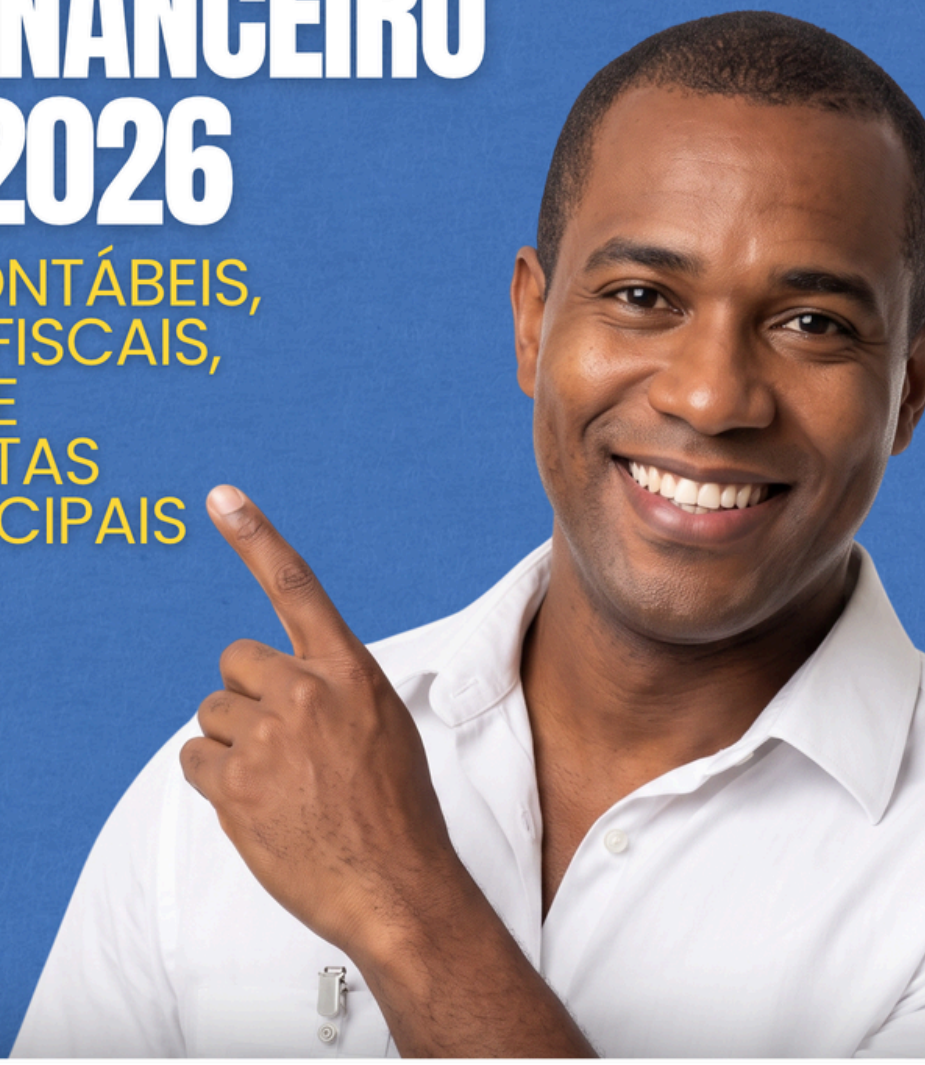
C U R S O

ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO MUNICIPAL 2026

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, ADMINISTRATIVOS E FISCAIS, CONTROLE INTERNO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS E PREFEITURAS

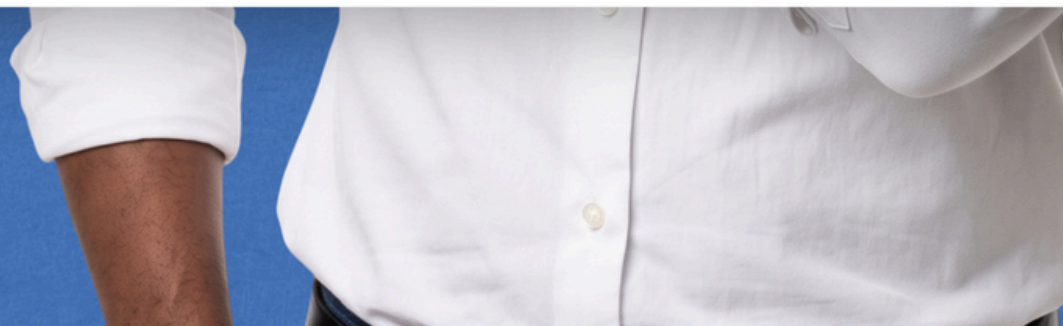


CURITIBA - PR

01, 02, 03 E 04 DE DEZEMBRO

Hotel Granville
Rua Des. Clotário Portugal, 35
Centro

GPB



Objetivo Geral

Proporcionar aos agentes públicos municipais uma compreensão técnica e abrangente das exigências que orientam o encerramento do exercício financeiro e fiscal de 2026, considerando as particularidades da organização administrativa, da execução orçamentária e da gestão dos recursos públicos nas câmaras municipais e prefeituras. A capacitação busca apresentar os procedimentos que devem ser observados no fechamento das contas, desde a verificação das operações realizadas durante o exercício até a consolidação das informações necessárias ao cumprimento das obrigações legais e institucionais

Oferecer uma abordagem especializada sobre os instrumentos normativos que disciplinam a administração financeira municipal, com destaque para a Constituição Federal, a Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as normas de contabilidade aplicadas ao setor público. O propósito é demonstrar como essas disposições interferem diretamente nas decisões administrativas, nos registros contábeis, na execução das despesas e na apuração dos resultados fiscais, permitindo reconhecer as exigências que condicionam a regularidade do encerramento das contas públicas

Orientar a organização das atividades que antecedem o encerramento do exercício, considerando a necessidade de conferência dos atos administrativos, identificação de pendências documentais e compatibilização das informações produzidas pelos diferentes setores municipais. Pretende-se examinar as atribuições das unidades responsáveis por contabilidade, tesouraria, patrimônio, recursos humanos, compras e contratos, evidenciando os procedimentos que devem ser concluídos, regularizados ou devidamente registrados para assegurar a consistência das informações apresentadas ao final do exercício

Aprofundar o conhecimento sobre as operações orçamentárias e financeiras que exigem atenção específica durante o encerramento, especialmente quanto à emissão e ao cancelamento de empenhos, à liquidação de despesas, à realização de pagamentos e ao tratamento dos restos a pagar. A capacitação permitirá compreender os critérios aplicáveis à inscrição e manutenção das obrigações, à identificação dos compromissos financeiros existentes e à apuração da disponibilidade de caixa, considerando as restrições legais e os procedimentos contábeis necessários à correta demonstração dos saldos

Examinar os procedimentos de conferência e encerramento dos registros contábeis e patrimoniais, abrangendo conciliações bancárias, inventários, reconhecimento de obrigações, ajustes de saldos e elaboração das demonstrações contábeis obrigatórias. O curso pretende esclarecer a relação entre os documentos administrativos, os registros financeiros e as informações patrimoniais, permitindo identificar divergências que demandem regularização e compreender a importância da correspondência entre os dados apresentados pelos diferentes setores da administração municipal

Esclarecer as responsabilidades institucionais relacionadas ao controle interno, à fiscalização da gestão fiscal e ao cumprimento dos limites estabelecidos na legislação, considerando as atribuições dos gestores, ordenadores de despesas, contadores e controladores internos. Serão abordados os procedimentos necessários à verificação da regularidade das operações, à identificação de inconsistências e ao acompanhamento das providências corretivas, incluindo as consequências administrativas e legais que podem decorrer de omissões, registros inadequados ou descumprimento das obrigações fiscais

Apresentar as exigências de transparência e publicidade que acompanham o encerramento do exercício financeiro, especialmente quanto à divulgação das despesas públicas, dos demonstrativos fiscais, dos saldos financeiros e das informações relacionadas à execução orçamentária. Busca-se esclarecer as obrigações de atualização dos Portais da Transparência, a compatibilidade entre os registros contábeis e as informações disponibilizadas à sociedade e as responsabilidades dos agentes públicos pela divulgação dos dados exigidos na legislação, considerando a atuação dos órgãos de controle e os mecanismos de fiscalização institucional.

Orientar a preparação da prestação de contas anual perante o Tribunal de Contas do Estado competente, contemplando a organização dos documentos, a conferência dos demonstrativos, a elaboração dos relatórios obrigatórios e o encaminhamento das informações pelos sistemas eletrônicos utilizados pelos órgãos de controle externo. A capacitação também pretende relacionar os resultados apurados no encerramento de 2026 às providências necessárias para o exercício de 2027, considerando as obrigações financeiras remanescentes, a programação dos pagamentos e a continuidade da execução orçamentária municipal.

Evidenciar o papel institucional das câmaras municipais e dos vereadores no acompanhamento e na fiscalização do encerramento do exercício financeiro e fiscal, considerando a competência constitucional do Poder Legislativo para exercer o controle externo da administração municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas competente. O curso pretende demonstrar a importância da atuação dos vereadores na análise da execução orçamentária, na verificação do cumprimento das metas e dos limites fiscais, no acompanhamento das despesas públicas e na fiscalização das obrigações financeiras assumidas pelo Poder Executivo. Também serão examinadas as responsabilidades da Presidência da Câmara, da Mesa Diretora e dos setores administrativos, contábeis e de controle interno quanto ao encerramento das contas do próprio Poder Legislativo, à regularidade da utilização dos recursos recebidos e à preparação da respectiva prestação de contas anual

Cronograma

01/12/2026 - Terça-feira | 13:00 às 14:00
CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

01/12/2026 - Terça-feira | 14:00 às 17:00
MÓDULO I | FUNDAMENTOS LEGAIS E PROCEDIMENTOS OBRIGATÓRIOS DO ENCERRAMENTO FINANCEIRO

- Exercício financeiro municipal: conceitos, princípios e legislação aplicável
- Aplicação da Lei nº 4.320/1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal no encerramento do exercício
- Competências e responsabilidades dos ordenadores de despesas, contadores e controladores internos
- Regime orçamentário e regime de competência patrimonial na contabilidade pública
- Procedimentos obrigatórios de encerramento nas câmaras municipais e prefeituras
- Limites temporais para empenho, liquidação e pagamento das despesas públicas
- Verificação das disponibilidades financeiras e obrigações existentes em 31 de dezembro
- Organização do cronograma de encerramento e definição das responsabilidades administrativas

02/12/2026 - Quarta-feira | 08:00 às 12:00
MÓDULO II | EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

- Análise da execução orçamentária e financeira no encerramento do exercício
- Verificação dos empenhos emitidos, despesas liquidadas e pagamentos pendentes
- Restos a pagar processados e não processados: critérios de inscrição e manutenção
- Cancelamento de empenhos e restos a pagar: requisitos legais e procedimentos contábeis
- Apuração da disponibilidade de caixa por fonte ou destinação de recursos
- Identificação de insuficiência financeira e obrigações sem cobertura de recursos
- Conferência de créditos adicionais, dotações orçamentárias e saldos disponíveis
- Devolução de saldos financeiros e duodécimos pelas câmaras municipais
- Conciliação bancária e verificação das contas financeiras
- Obrigações financeiras remanescentes e programação de pagamentos para 2027

02/12/2026 - Quarta-feira | 14:00 às 17:00
MÓDULO III | PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, PATRIMONIAIS E CONTÁBEIS DE ENCERRAMENTO

- Organização dos processos administrativos e documentos obrigatórios do encerramento
- Inventário físico e financeiro dos bens móveis, imóveis e materiais de consumo
- Conferência dos registros de almoxarifado, patrimônio, frotas e estoques
- Conciliação entre os registros patrimoniais e a contabilidade municipal
- Verificação dos contratos administrativos, aditivos, convênios e instrumentos congêneres
- Conferência das despesas com pessoal, décimo terceiro salário, férias e encargos previdenciários
- Regularização de adiantamentos, suprimentos de fundos e respectivas prestações de contas
- Reconhecimento de obrigações, provisões e ajustes patrimoniais
- Elaboração e conferência do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial
- Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e notas explicativas, conforme aplicabilidade

03/12/2026 - Quinta-feira | 08:00 às 12:00
MÓDULO IV | CONTROLE INTERNO, FISCALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO DOS LIMITES DA RESPONSABILIDADE FISCAL

- Competências do sistema de controle interno no encerramento do exercício financeiro
- Fiscalização dos procedimentos contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais
- Verificação dos limites de despesas com pessoal estabelecidos pela LRF
- Controle das despesas com pessoal do Poder Executivo e do Poder Legislativo
- Verificação dos limites de endividamento, operações de crédito e concessão de garantias
- Fiscalização da inscrição de restos a pagar e da disponibilidade financeira
- Identificação de irregularidades no cancelamento de empenhos e obrigações financeiras
- Acompanhamento dos alertas, apontamentos e determinações do Tribunal de Contas
- Elaboração dos relatórios de controle interno e registro das inconsistências identificadas
- Providências administrativas para correção de irregularidades antes do encerramento
- Responsabilidades dos gestores e agentes públicos por omissões e irregularidades

03/12/2026 - Quinta-feira | 14:00 às 17:00
MÓDULO V | TRANSPARÊNCIA FISCAL, PUBLICIDADE DOS ATOS E RESPONSABILIDADES NA GESTÃO MUNICIPAL

- Obrigações de transparência fiscal no encerramento do exercício financeiro
- Atualização dos Portais da Transparência das câmaras municipais e prefeituras
- Publicidade dos empenhos, liquidações, pagamentos e restos a pagar
- Divulgação dos saldos financeiros, despesas e informações orçamentárias obrigatórias
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária: composição, prazos e publicidade
- Relatório de Gestão Fiscal: demonstrativos, limites e obrigações de divulgação
- Compatibilidade das informações entre contabilidade, sistemas eletrônicos e Portal da Transparência
- Aplicação da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Responsabilidade Fiscal
- Fiscalização da transparência pelo controle interno e pelos vereadores
- Responsabilidade dos gestores pela omissão ou divulgação irregular de informações
- Consequências administrativas e legais do descumprimento das obrigações de publicidade

04/12/2026 - Sexta-feira | 08:00 às 10:00
MÓDULO VI | PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL, EXIGÊNCIAS DO TCE-PR E PREPARAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2027

- Estrutura da prestação de contas anual das câmaras municipais e prefeituras
- Aplicação das instruções normativas e orientações vigentes do Tribunal de Contas do Estado
- Exigências documentais da prestação de contas do Poder Legislativo Municipal
- Exigências documentais da prestação de contas do Poder Executivo Municipal
- Organização dos demonstrativos contábeis, relatórios fiscais e documentos complementares
- Conferência das informações encaminhadas pelos sistemas eletrônicos do TCE
- Responsabilidades dos contadores, controladores internos e ordenadores de despesas
- Emissão dos relatórios e pareceres exigidos para a prestação de contas anual
- Prazos de encaminhamento, assinatura digital e validação dos documentos obrigatórios
- Identificação de inconsistências que possam resultar em ressalvas ou irregularidades nas contas
- Avaliação dos resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e fiscais de 2026
- Preparação da execução orçamentária e financeira de 2027, considerando PPA, LDO e LOA

Metodologia

A condução do curso será estruturada a partir dos procedimentos que integram o encerramento do exercício financeiro e fiscal municipal, considerando as exigências legais, contábeis, orçamentárias e administrativas aplicáveis às câmaras municipais e prefeituras. O desenvolvimento dos conteúdos seguirá uma sequência técnica voltada à compreensão das atividades que antecedem e integram o fechamento das contas públicas de 2026, permitindo identificar as providências obrigatórias, os prazos legais, as competências institucionais e as responsabilidades dos agentes públicos envolvidos.

A organização das atividades terá como referência a Constituição Federal, a Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as normas de contabilidade aplicadas ao setor público. Os conteúdos serão apresentados mediante a interpretação das disposições legais relacionadas à execução orçamentária, à movimentação financeira, aos registros contábeis e à apuração das obrigações existentes ao término do exercício, demonstrando sua aplicação nas rotinas administrativas e financeiras dos órgãos municipais.

A abordagem dos procedimentos administrativos contemplará as atribuições dos setores de contabilidade, tesouraria, patrimônio, recursos humanos, compras, contratos e controle interno, considerando a participação de cada unidade no encerramento do exercício. Serão examinadas as atividades de conferência documental, levantamento patrimonial, conciliação de informações, regularização de registros e identificação de pendências administrativas, com exemplos relacionados às situações encontradas nas câmaras municipais e prefeituras.

O desenvolvimento das matérias orçamentárias e financeiras será direcionado à análise dos procedimentos de empenho, liquidação, pagamento, inscrição e cancelamento de restos a pagar, disponibilidade de caixa e obrigações financeiras remanescentes. A apresentação compreenderá situações práticas que permitam identificar os requisitos legais de cada operação, os documentos necessários à comprovação das despesas e as medidas administrativas exigidas para corrigir inconsistências antes da conclusão dos registros do exercício financeiro.

As atividades relacionadas ao controle interno e à fiscalização serão conduzidas mediante a verificação dos limites fiscais, da regularidade das despesas públicas e da consistência das informações contábeis e financeiras. Serão examinadas as responsabilidades dos gestores e agentes públicos, os procedimentos de acompanhamento das obrigações legais, os instrumentos de fiscalização e as providências necessárias diante de irregularidades, considerando as atribuições institucionais do controle interno e as exigências estabelecidas pelos órgãos de controle externo.

A preparação da prestação de contas anual será desenvolvida a partir da análise dos demonstrativos contábeis, relatórios fiscais e documentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado competente. Serão apresentados os procedimentos de organização, conferência, validação e encaminhamento eletrônico das informações, observando os prazos e as disposições normativas aplicáveis. A abordagem distinguirá as obrigações das câmaras municipais e prefeituras, incluindo as responsabilidades dos contadores, controladores internos e ordenadores de despesas na apresentação das contas públicas.

A conclusão do curso será direcionada à análise dos resultados financeiros, fiscais, orçamentários e patrimoniais apurados no encerramento de 2026, estabelecendo sua relação com a preparação do exercício de 2027. Serão examinadas as obrigações remanescentes, a programação dos pagamentos, a disponibilidade de recursos e as providências administrativas necessárias à continuidade da execução orçamentária. A metodologia permitirá aos participantes compreender os procedimentos obrigatórios de encerramento, identificar situações que exigem regularização e organizar as atividades necessárias ao cumprimento das exigências legais e à prestação de contas anual.

Público-alvo

O curso é direcionado aos agentes públicos e profissionais que atuam nas diversas áreas da administração pública municipal, abrangendo prefeitos, vice-prefeitos, presidentes de câmaras municipais, vereadores, secretários municipais, diretores gerais, diretores administrativos e financeiros, ordenadores de despesas, assessores técnicos, servidores efetivos e ocupantes de cargos vinculados às atividades administrativas, orçamentárias, contábeis, financeiras e fiscais das câmaras municipais e prefeituras.

Também se destina a contadores, técnicos em contabilidade, controladores internos, procuradores jurídicos, tesoureiros, gestores financeiros, responsáveis pela execução orçamentária, profissionais de recursos humanos, responsáveis pelos setores de patrimônio, almoxarifado e frotas, além de servidores encarregados dos registros contábeis, conciliações bancárias, controle de empenhos, liquidação de despesas, pagamentos, restos a pagar e elaboração dos demonstrativos financeiros e patrimoniais.

Integram ainda o público-alvo agentes de contratação, pregoeiros, membros de equipes de apoio, gestores e fiscais de contratos, responsáveis por convênios e instrumentos congêneres, profissionais de planejamento e orçamento, servidores dos setores de compras e licitações, técnicos administrativos, responsáveis pelos Portais da Transparência e demais agentes envolvidos na organização documental, fiscalização das despesas, cumprimento dos limites fiscais e preparação das informações exigidas pelos órgãos de controle externo.

A proposta do curso contempla tanto os gestores responsáveis pelas decisões administrativas, financeiras e orçamentárias quanto os profissionais encarregados da execução, conferência, fiscalização, controle e prestação de contas dos recursos públicos municipais. A capacitação considera as atribuições específicas dos Poderes Executivo e Legislativo, proporcionando aos participantes conhecimentos técnicos relacionados aos procedimentos obrigatórios de encerramento do exercício financeiro e fiscal de 2026, à regularidade dos registros administrativos e contábeis e ao atendimento das exigências legais para a prestação de contas anual perante o Tribunal de Contas do Estado competente.

Palestrante

André Luiz de Oliveira



É escritor e autor com atuação técnica na área da Administração Pública e do Poder Legislativo, com livros reconhecidos e difundidos no cenário nacional e internacional. Entre seus principais livros publicados figuram-se:

Livro: Manual de Processo Legislativo da Câmara Municipal da Proposição ao Texto Legal: Instrumentos Técnicos e Procedimentos para Elaboração, Tramitação e Redação das Leis
Livro: Manual do Vereador Atuante: Planejamento Parlamentar para um Mandato Eficiente.
Livro: Administração Pública e Financiamento da Educação.
Livro: Poder Legislativo, Inovações e Conceitos para Ampliar a Eficiência da Câmara Municipal
Livro: Câmara Municipal Ações e Práticas Inovadoras para Vereadores, Servidores e Assessores

É Doutorando em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-PR. É Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-2018, graduado em Gestão Pública CRA-PR 03-01450, graduado em Ciências Políticas, graduado em Sociologia, graduado em Filosofia, pós graduado em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal, pós graduado em Administração Pública e Gerência de Cidades, pós graduado em Docência e Didática do Ensino Superior. Foi Vereador de 2017/2020, é autor de mais de trinta leis publicadas no legislativo municipal.

Currículo completo em:
https://lattes.cnpq.br/6790541459817477

Investimento

R$ 2.790,00

Local

Hotel Granville

Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro
Curitiba - PR

Incluso neste curso:

- Curso presencial, com carga horária de 20 horas
- Apostila
- Material prático impresso
- Kit aluno
- Coffee break
- Certificado

Obrigatório cadastro e registro biométrico facial para controle de frequência Emissão de certificado com carga horária cursada conforme registro de presença por biometria facial.
O participante receberá uma consultoria online pós curso gratuitamente, via WhatsApp, e-mail ou telefone, durante 30 dias sobre o tema do curso.

Sobre a Gestão Pública Brasil

Registrada no Conselho Federal e no Conselho Regional de Administração do Estado do Paraná sobre o número 03267/CRA-PR.

Notória Especialidade Técnica publicada no Diário Oficial da União. Seção 3 ISSN 1677-7069 Nº 95, em 22/05/2026, PÁG.173 Código Localizador: 05302026052200173.

Certidão disponível em nosso site:
https://gestaopublicabrasil.com.br/certidoes/

Dados bancários

Banco Sicoob
Agência: 4340
Conta corrente: 191053-1

Chave pix: CNPJ
40.178.961/0001-05

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

Direitos autorais reservados à Gestão Pública Brasil LTDA

Obra protegida pela Lei nº 9.610/1998